

**A construção do *ethos* de virtude na obra
Thoughts on Government (1776) de John Adams**
**The formation of a virtue *ethos* in the essay
Thoughts on government (1776) by John Adams**

Julio Morguetti Neto¹

RESUMO

As possibilidades de trabalho dos historiadores têm se ampliado cada vez mais, permitindo o desenvolver de novas abordagens que complementem nossa apreensão de uma determinada temporalidade. Dentro dessas abordagens, a retórica recebe uma ênfase, já que era um sistema textual amplamente utilizado até o fim do século XVIII; por isso, o historiador não deveria relegar a um segundo plano a compreensão das aplicabilidades da retórica (LACAPRA, 2011, p. 98-99). Partindo dessas possibilidades, o presente texto discute sobre a formação de um *ethos* de virtude política desenvolvido na obra *Ideias sobre Governo* (*Thoughts on Government*), escrita por John Adams (1735-1826), uma das personagens políticas mais atuantes no contexto da Revolução Americana. Esse texto lança as bases do pensamento de Adams sobre as possibilidades constitucionais na estruturação de um governo republicano, ressaltando o papel da política enquanto formadora de virtude.

Palavras-chave: Retórica. *Ethos*. Republicanismo. Estados Unidos. John Adams.

ABSTRACT

The possibilities for the work of historians have increased, allowing the development of new approaches that can fulfill our apprehension of a certain temporality. Within these approaches, rhetoric is emphasized, a discursive genre used broadly until the late eighteenth century. The historian should not relegate to a second stage the comprehension of a rhetorical applicability (LACAPRA, 2011, p. 98-99). From these possibilities, the present paper discusses about the formation of an *ethos* of political virtue developed on the work *Thoughts on Government* written by John Adams (1735-1826), one of the most active characters on the context of the American Revolution. This essay establishes the ground of the Adams thought about the constitutional possibilities over the structuration of a republican government, highlighting the role of politics as a former of virtue.

Keywords: Rhetoric. *Ethos*. Republicanism. United States. John Adams.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente é mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil. E-mail: jmorguettineto@gmail.com.

O trabalho historiográfico tem buscado renovações em suas abordagens, interagindo com outras áreas do saber, possibilitando a ampliação dos horizontes de compreensão sobre uma determinada temporalidade histórica. Dentro desse contexto de produção, o estudo da retórica tem retomado a atenção dos humanistas. Dominick LaCapra comenta que “teóricos recentes têm tentado renovar o entendimento da retórica tanto pelo inquérito histórico, com suas vicissitudes ao longo do tempo, quanto pela exploração do espaço entre o estatuto nobre e inferior atribuídos a ela” (LACAPRA, 2013, p. 98), levando, dessa forma, à promoção de novas reinterpretações motivadas pelas amplas possibilidades de análise que o estudo sobre a retórica propõe.

A questão crucial que se desenvolve é como a retórica pode interagir com outros elementos do discurso nas diversas disciplinas. Abre-se assim a possibilidade de revisitar as antigas concepções da retórica sob a ótica das atuais análises discursivas e linguísticas, compreender os usos poéticos ou literários da linguagem, ou até mesmo desenvolver uma relação entre os estudos da estética da recepção tratando de problemas de persuasão e audiência através da definição aristotélica de retórica (LACAPRA, 2013, p. 98-99).

Entendemos que o processo da escrita historiográfica, assim como a própria compreensão acerca de uma determinada temporalidade, é atravessado pela nossa percepção sobre as formações discursivas, sendo a retórica um elemento fortemente presente na produção documental abordada pelos historiadores em determinadas épocas. Por essas possibilidades, concordamos com LaCapra quando ele aponta que

a renovação do problema da retórica pode tornar possível um melhor entendimento do complexo relacionamento entre os códigos e seu uso no que diz respeito não somente ao passado, mas ao discurso do próprio historiador. Ela pode, assim, fornecer descobertas mais importantes sobre a posição liminar

entre “ciência” e “arte”, em que se encontra o trabalho do historiador — uma posição que não pode ser fixa para sempre, precisamente porque ela clama por uma reconceitualização recorrente (LACAPRA, 2013, p. 117).

A partir das propostas de ampliação das reflexões no campo historiográfico, levantamos algumas possibilidades de análise mediada por elementos que compõe a formação discursiva da retórica. Ao abordarmos uma fonte, em nosso caso, um tratado político, uma das estruturas centrais da formação discursiva, apresentando uma construção imbricada no entendimento histórico da sua condição de produção e que acaba tendo uma correspondência direta com o autor e o seu contexto, é a elaboração do *ethos* discursivo.

Quando nos debruçamos sobre o estudo da construção do *ethos* em formações discursivas, a primeira coisa que necessitamos referenciar é a própria definição de Aristóteles (*Retórica*, 1356a), mostrando a divisão tripartite do discurso entre *logos*, *pathos* e *ethos*. Essas definições sobre a retórica identificada no pensamento do grego, representa a conduta em relação ao aspecto ético e moral do enunciador, ou pelo menos a imagem que ele quer passar de si, no momento da enunciação, estando ligado ao próprio ato enunciativo, não a uma definição extradiscursiva sobre o locutor (MAINGUENEAU, 2006, p. 13). Dessa maneira, *ethos* acabava ficando identificado com as construções dos discursos e debates, através da imagem que o locutor deseja passar ao público, para gerir um aspecto de credibilidade, “ao processo de sua legitimação pela fala” (MAINGUENEAU, 2005, p. 17)

Como são muitas essas questões no campo do discurso e da linguística, vamos nos ater às proposições de Maingueneau (2005; 2006; 2010) sobre uma concepção de *ethos* para a Análise do Discurso (AD). Para este trabalho, basear-nos-emos numa definição de *ethos* como uma imagem que se constrói através do discurso, não sendo o locutor exterior à sua fala, mas sim uma construção discursiva, uma relação interativa de influência sobre um outro, seja o leitor ou

uma plateia. Essa definição de *ethos* o determina como uma função sócio-discursiva, um comportamento que não pode ser apreendido fora de uma conjuntura sócio-histórica na qual uma situação de comunicação se constitui, sendo assim, uma noção híbrida, não voltada, somente, para a construção discursiva. Com essa definição, Maingueneau propõe uma construção do *ethos* que vai além de uma persuasão pelos argumentos, mas que leva a um processo de adesão dos sujeitos a um determinado discurso (MAINGUENEAU, 2006, p. 17).

Para analisar as formulações presentes em nosso *corpus*, partimos de instâncias presentes nas enunciações, uma certa voz que acaba se relacionando a um corpo enunciante que é localizado numa determinada conjuntura sócio-histórica. Essa voz pode assumir variados tons mediante a relação entre a caracterização do enunciador e a construção que o seu destinatário faz dele, a partir de traços, evidenciados ou não, na enunciação. Esse *ethos*, então, vai se constituindo devido a essa relação, ultrapassando as definições verbais, levando a formulações difusas de estereótipos, positivos ou negativos, de definições variadas, que, ao se evidenciarem através da enunciação, vão formando um corpo. Assim, esse corpo pode ser partilhado entre o enunciador e o seu destinatário, gerando uma determinada incorporação pelo segundo, através não apenas de uma maneira de dizer, mas também de ser (MAINGUENEAU, 2006, p. 17-18; MAINGUENEAU, 2010, p. 80).

Essa incorporação, de acordo com Maingueneau (2006, p. 18), pode ser discutida através de três registros:

“a) a enunciação da obra confere “corporalidade” ao fiador (relação enunciador-construção do destinatário), ela lhe dá corpo; b) o destinatário incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de se remeter ao mundo habitando seu próprio corpo; c) essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo

da comunidade imaginária dos que aderem ao mesmo discurso” (MAINGUENEAU, 2006, p. 18).

Alguns problemas podem estar ligados ao estudo da construção do *ethos* no discurso. Como é uma noção ligada diretamente ao ato de enunciação, o destinatário constrói as suas representações antes mesmo da fala, a partir de elementos do texto, como o gênero discursivo em que ele se constrói, do lugar de fala deste locutor na sociedade, gerando a distinção entre o *ethos discursivo* e o *ethos pré-discursivo*. Assim, dependendo do locutor e da situação de enunciação, o destinatário poderá ter ou não representações prévias do *ethos* a ser discutido, a qual comportamento se espera transparecer no ato da enunciação (MAINGUENEAU, 2006, p. 16).

Um outro problema na elaboração desse *ethos* é que diferentes fenômenos interagem, como o registro da língua e das palavras, o planejamento textual, o ritmo, entre outros. Fica a critério do intérprete defini-los, através do material linguístico e do ambiente onde se deu a construção. Precisa-se também levar em conta a que ponto de vista se deseja abordar na formulação do *ethos*, seja o do locutor ou o do destinatário: “o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido” (MAINGUENEAU, 2006, P. 16).

Após apresentarmos essa definição introdutória dos estudos sobre a construção do *ethos* no discurso, vamos aprofundar nosso exame ao analisarmos um escrito político de John Adams (1735-1826) no desenrolar da Revolução Americana. Vamos explorar essa obra, para assim podermos identificar a construção do *ethos* nesse discurso político.

Antes de passarmos ao trato com a fonte, um breve resumo sobre a biografia de John Adams, para compreendermos as motivações que o colocaram como importante personagem da história dos Estados Unidos. Nascido na cidade de Braintree, hoje denominada Quincy, no estado do Massachusetts, Adams pertencia a uma família tradicional da região, tendo sua

linhagem ligada aos primeiros puritanos que chegaram para colonizar a América do Norte, em meados do século XVII (MCCULLOUGH, 2001, p. 29-30). Seu pai desejava que ele trilhasse um caminho acadêmico para não precisar trabalhar como fazendeiro, razão pela qual ele ingressou na Universidade de Harvard, e, de certa maneira, contrariando seu pai, não buscou uma formação como ministro religioso e acabou se graduando em *Bachelor of Arts*, aproximando-se dos estudos das leis e retórica (MCCULLOUGH, 2001, p. 35). Posteriormente veio a se dedicar à advocacia e ao Direito, alcançando uma carreira prodigiosa nos tribunais e cortes de Massachusetts, conquistando um prestígio dentre os homens letrados de sua região na época.

Sua história se aproxima da Revolução Americana quando, no ano de 1765, ele escreve e publica uma sugestão de oposição ao chamado *Stamp Act*, um imposto designado pela coroa britânica sobre as treze colônias. A partir de então, inicia uma vida pública de argumentar e rebater, de maneira jurídica, as proposições inglesas sobre os colonos. Adams viria a fazer parte, como representante, do congresso de Massachusetts e dos dois Congressos Continentais da Filadélfia, onde exerceu papel importante enquanto orador (FERLING, 1992, p. 136).

Para o presente trabalho, vamos nos ater à carreira de John Adams até os desdobramentos da Revolução, pois a produção que iremos analisar é voltada para esse período. Usaremos como base de análise o texto que foi publicado sobre o título de *Ideias sobre Governo (Thoughts on Government)*, publicado em meados de abril de 1776. Nós analisamos duas versões desse texto, uma compilada por C. Bradley Thompson na obra intitulada *The Revolutionary writings of John Adams* (2000) e uma versão traduzida por Leonidas Gontijo de Carvalho da obra *Escritos Políticos de John Adams: Seleções Representativas* (1964), que foram compiladas por George A. Peek Jr. Fizemos a escolha de duas versões, uma na língua original e outra traduzida, justamente para podermos

comparar as escolhas linguísticas e evitar possíveis desentendimentos conceituais.

As condições de escrita dessa obra são peculiares ao contexto de sua época: em uma carta escrita a John Taylor, Adams explica que estava, a seis meses da declaração de Independência, discutindo sobre a necessidade de secessão com os ingleses com um denominado Sr. Whyte, da Virgínia, quando o mesmo o questionou sobre qual modelo de governo deveria se propor ao novo país. Adams passou a explicar as ideias que já havia pensado sobre o tema, e o referido Sr. Whyte pediu a Adams que transcrevesse e organizasse as ideias que expôs em uma carta, pois ele gostaria de refletir melhor sobre o que fora dito. Assim Adams o fez. Essa carta chegou até as mãos de Richard Henry Lee² (1732-1794), que pediu autorização para publicá-la. Adams ficou um tanto receoso, porém solicitou que fosse publicada anonimamente, sendo publicada sob o título de *Pensamentos sobre governo, numa carta de um cavalheiro a um seu amigo* (PEEK JR, 1964, p. 75-76).

Essa obra é considerada um dos mais marcantes e influentes escritos de Adams, sendo, inclusive, a mais famosa de suas publicações naquela época, servindo de inspiração para a formulação das cartas constituintes da Carolina do Norte, Virginia, Nova Jersey, Nova Iorque e Massachusetts. Alguns pesquisadores e biógrafos comentam que esse texto teria sido escrito como uma forma de antídoto à publicação de *Senso Comum* (*Common Sense*), de Thomas Paine (1737-1809), no sentido de refutar as propostas nesse outro panfleto (THOMPSON, 2000, p. 242). Adams já havia declarado que Thomas Paine era “melhor em destruir do que construir” (MCCULLOUGH, 2001, p. 101).

Logo na primeira passagem do texto, Adams faz o uso de um recurso de simplicidade e humildade, construindo a imagem que o leitor passará a ter

² Importante político da colônia da Virginia, também membro dos Congressos Continentais da Filadélfia.

sobre a sua pessoa. Ao ser questionado sobre o modelo de governo que se deveria formar, ele diz que se sentiria lisonjeado com tal pedido e ficaria feliz em atender, pois

como a divina ciência política é a ciência da felicidade social e as bênçãos da sociedade dependem inteiramente das Constituições de governo – geralmente instituições que duram por muitas gerações - não pode haver ocupação mais agradável ao espírito benevolente que averiguar o que é melhor³ (ADAMS *apud* PEEK JR, 1964, p. 77).

Levando-se em conta a formação de Direito que Adams possui, seu conhecimento sobre a *Retórica* de Aristóteles aparece evidenciado nesse trecho de abertura do texto, pois se utiliza das qualidades fundamentais que o orador deve possuir ao criar a imagem de si: a *phronesis* ou prudência, a *aretê* ou virtude, e a *eunoia* ou benevolência (MAINGUENEAU, 2006, p. 13).

Como definido por Aristóteles, o objetivo do discurso é a mensagem ao ouvinte, e dentro dessa proposta ele posiciona os três gêneros discursivos adotados pela retórica: o deliberativo, o judicial e o epídítico (*Retórica*, 1358b). A obra de Adams vem com o objetivo de aconselhar ou, pelo menos, refletir sobre as possibilidades da formação de um governo, se encaixando na proposta de um gênero deliberativo da retórica, sendo os assuntos políticos os que mais tocam ao interesse daquele que propõe uma argumentação retórica deliberativa (*Retórica*, 1359b).

Ele prossegue no texto argumentando que o objetivo da constituição de um governo é o desenvolvimento da felicidade da sociedade e considerando que o objetivo do homem é a felicidade do indivíduo, sendo assim, essa felicidade constituída da virtude. Adams busca formalizar a sua ideia de um

³ *Because, as the divine science of politics is the science of social happiness, and the blessings of society depend entirely on the constitutions of government, which are generally institutions that last for many generations, there can be no employment more agreeable to a benevolent mind than a research after the best* (ADAMS *apud* THOMPSON, 2011, p. 242).

governo virtuoso, ou que pelo menos busque alcançar essa virtude para os seus indivíduos, sendo formado por um governo de homens virtuosos. Por isso, ele já começa a construir um *ethos*, desde as primeiras linhas, de virtude, para buscar a identificação do leitor para com ele.

Para enfatizar a importância que a virtude possui como objetivo principal de um governo, ele utiliza de um argumento de autoridade histórica sobre a aplicação da virtude, busca identificar sua presença ao longo da história, colocando, inclusive, que seu entendimento estaria de acordo com autoridades, personalidades históricas que seriam conhecidas de seu público-alvo e que reforçam seu argumento sobre a virtude.

Todos os investigadores sensatos da verdade, antigos e modernos, pagão e cristãos, declaram que a felicidade do homem, bem como sua dignidade, consiste na virtude. Confúcio, Zoroastro, Sócrates, Maomé, para não mencionarmos autoridades realmente sagradas, concordam com isso (ADAMS *apud* PEEK JR, 1964, p. 77).

Adams vai conduzindo seu leitor para mostrar o seu entendimento acerca do tema, ele busca evidenciar seu conhecimento ao referenciar seu argumento com autoridades históricas e, mais do que isso, salientar que ele, Adams, está em diálogo com as autoridades que ele evoca, com objetivo de legitimar sua fala através de um discurso de autoridade. A preocupação de Adams sobre a virtude é recorrente em toda a sua obra, como aponta Andy Trees no texto *John Adams and the problem of virtue* (2001): “Este ensaio considera os esforços pessoais de Adams em levar uma vida virtuosa, sua visão mais ampla da nação como partes coerentes de um mesmo inteiro, e suas lutas com

suas paixões rebeldes na formação de sua ampla visão política mais ampla⁴ (TREES, 2001, p. 394-395).

Esse texto foi escrito para o alcance de um público que conhecia, minimamente, as discussões políticas à época, e se esperava do leitor que tivesse um conhecimento sobre o conceito de virtude que ele estava referenciando. Ele faz uso da definição apontada acima de *ethos* pré-discursivo, pois parte de um conhecimento prévio compartilhado da retórica clássica, trazendo ao leitor não apenas a sua imagem no discurso, mas outras imagens de autores considerados igualmente virtuosos, escrevendo sobre a melhor maneira de se governar, como Xenofonte, na *Ciropédia*, ou Cícero, no *Sobre as leis*. Além disso, ele constrói esse *ethos* de virtude elaborando um compartilhamento desse status com aqueles que entendem a República como a melhor forma de organização governamental para se buscar a felicidade do homem e da sociedade.

Basear-se em fundamentos históricos para a busca de legitimidade do seu argumento, assim como demonstrar o conhecimento do debate sobre as estruturas governamentais de outras regiões, reforça para o receptor do discurso, a credibilidade daquele que fala e de sua proposta retórica deliberativa (*Retórica*, 1360a).

A questão da virtude é um tema central na carreira de Adams. Este empreendia que, como advogado, seria necessário que ele “se envolvesse em uma tentativa interminável de enxergar ‘por debaixo dos chapéus e dos coletes’ da sociedade, para retirar as falsas armadilhas dos homens em sua sempre irritante busca pela virtude” (TREES, 2001, p. 394). Ele buscava analisar, profunda e criticamente, a maioria das pessoas com que tinha um contato mais aprofundado; entendia que compreender a maneira como os homens pensavam

⁴ “This essay considers Adams’s personal efforts to lead a virtuous life, his larger national vision as coherent parts of the same whole, and his struggles with his own unruly passions in forming his larger political vision” (TREES, 2001, p. 395-395).

era importante não apenas para o advogado, mas também parte da “arte do político” (TREES, 2001, p. 398).

Esse escrutínio de Adams sobre as pessoas é tão marcante em sua personalidade que sua futura esposa, Abigail Adams, já identificava esses traços, como visto em uma carta enviada por ela a Adams:

“Eu sei que você é um observador crítico, seu julgamento sobre as pessoas geralmente me agrada. Às vezes, você sabe, eu acho você muito severo, e você não faz muitas permissões que a Natureza Humana necessita, mas talvez isso seja devido a minha indisponibilidade com o mundo. Seu trabalho naturalmente o leva a uma aproximada inspeção da humanidade, e ver a corrupção no coração dos homens, e eu acredito que você costumeiramente acha desesperadamente mal e enganador”⁵ 6 (ADAMS *apud* BUTTERFIELD, 1963, p. 29).

Por compreender que a busca da virtude é um elemento importante para formação das pessoas como cidadãos, Adams considera que desempenhou uma luta durante toda a sua vida para fortalecer sua virtude, e, de acordo com Andy Trees, teria isso bem identificado em suas cartas e em um diário que manteve por quase meio século. Por esse motivo, de acordo com Trees, Adams teria sempre tomado muito cuidado de avaliar suas ações e estava sempre fazendo autocríticas (TREES, 2001, p. 395-396).

O desenvolvimento do pensamento político de Adams passa pelo aperfeiçoamento do conhecimento e da virtude. Buscar uma educação formal e virtuosa era necessário para a formação do novo país. No próprio texto de *Ideias sobre o Governo*, ele evidencia a importância do desenvolvimento da educação

⁵ “I know you are a critical observer, and your judgment of people generally plases me. Sometimes you know, I think you too severe, and that you do not make quite so many allowances as Humane Nature requires, but perhaps this may be oweing to my unacquainedness with the World. Your Business Naturly leads you to a nearer inspection of Mankind, and to see the corruptions of the Heart, which [I] believe you often find desperately wicked and deceitful”. (ADAMS *apud* BUTTERFIELD, 1963, p. 29).

⁶ Adams, Abigail. Letter from Abigail Smith to John Adams, 12 - 13 April 1764. 4 pages. Original manuscript from the Adams Family Papers, Massachusetts Historical Society.

para a população: “Leis para a educação liberal de nossa mocidade, especialmente da classe inferior do povo, são tão extremamente sábias e úteis que a um espírito humano e generoso de nenhuma despesa para tal objetivo seria julgada extravagante”⁷ (ADAMS *apud* PEEK JR, 1964, p. 82). A relação entre educação e virtude é uma associação direta para Adams, como podemos perceber em outra de suas cartas para sua esposa Abigail:

“A educação de nossos filhos nunca está fora de minha mente. Treine eles para Virtude, acostume-os ao empreendimento, a atividade e ao espírito. Faça os considerar todo vício como vergonhoso e pouco viril: alimente-os com ambição para serem úteis ao desdenhar de serem destituídos de qualquer conhecimento ou realização útil”⁸ ⁹ (ADAMS *apud* BUTTERFIELD, 1963, p. 69).

A proposta política de organizar o governo americano em uma república seria justamente a melhor forma de desenvolver uma sociedade virtuosa. Ao invés de pessoas virtuosas construírem uma sociedade virtuosa, ele esperava que um governo bem estruturado cultivasse a virtude nas pessoas (TREES, 2001, p. 405).

Após essa formulação inicial sobre o objetivo de um governo, Adams passa a destacar os principais pontos constituintes dessa nova organização, se debruçando inicialmente sobre o ideal Republicano. Elabora uma defesa da República, argumentando que esse tipo de regime é, por definição, “um

⁷ *Laws for the liberal education of youth, especially of the lower class of people, are so extremely wise and useful, that, to a humane and generous mind, no expense for this purpose would be thought extravagant* (ADAMS *apud* THOMPSON, 2011, p. 247).

⁸ *The Education of our Children is never out of my Mind. Train them to Virtue; habituate them to industry, activity, and Spirit. Make them consider every Vice, as shameful and unmanly: fire them with Ambition to be useful-make them disdain to be destitute of any useful, or ornamental Knowledge or Accomplishment.* (ADAMS *apud* BUTTERFIELD, 1963, p. 69).

⁹ *Adams, John. Letter from John Adams to Abigail Adams, 28 August 1774. 3 pages. Original manuscript from the Adams Family Papers, Massachusetts Historical Society.*

império das leis e não dos homens”, justamente por ser a melhor forma de governo a defender a execução imparcial das leis. Adams diz:

“Que a única parte valiosa da Constituição britânica assim o é porque a própria definição de república é “o império das leis e não dos homens”. Que, como a república é a melhor forma de governo, o arranjo particular dos poderes da sociedade ou, em outras palavras, essa forma de governo que melhor se dispõe a assegurar a execução imparcial e exata das leis é a melhor das repúblicas”¹⁰ (ADAMS *apud* PEEK JR, 1964, p. 78).

A motivação para o desenvolvimento de um governo republicano é justamente sua objetividade positiva, de acordo com o texto de Adams. Um governo republicano seria a aplicação mais justa, como advogado que é, não é estranho ele propor esse pensamento positivado acerca da aplicação das propostas republicanas.

Como esse poder é sustentado pelas leis, quem serão os encarregados da criação dessas leis? Adams aponta para a criação de assembleias representativas, sendo o sistema eleitoral uma de suas principais preocupações, devendo representar, com a maior exatidão possível, o espectro político de sua população. Adams segue durante todo o trajeto da obra analisando, passo a passo, a formação do governo, explicando os motivos sobre todos os tópicos, desde a divisão dos poderes, do sistema bicameral para legislativo, a frequência em que devem ocorrer eleições, do revezamento nos cargos, das funções sobre o executivo e o judiciário, de como os juízes devem se portar, da formação das milícias e da educação. Ele elabora um plano esquemático que, de acordo com suas convicções, é o melhor a ser instituído e elaborado para as colônias caso venham a se separar.

¹⁰ *That the only valuable part of the British constitution is so; because the very definition of a republic is “an empire of laws, and not of men.” That, as a republic is the best of governments, so that particular arrangement of the powers of society, or, in other words, that form of government which is best contrived to secure an impartial and exact execution of the laws, is the best of republics* (ADAMS *apud* THOMPSON, 2011, p. 243).

Todo esse detalhamento dessas organizações nos leva a pensar sobre a escolha dos temas tratados. Adams se debruçou sobre a organização dos três poderes, sobre as eleições, exército e educação. Por ser um jurista, ele criou uma argumentação jurídico constitucional, buscando legitimar sua linha de raciocínio frente à possível oposição que os ingleses levantariam.

Adams pretendia dar uma sustentação teórica mais forte e elaborada do que simplesmente a separação. Seu texto é escrito para se parecer como um tratado jurídico, um texto técnico, em que organiza de uma maneira racional a sua explicação e defesa da organização de um governo, com o objetivo de apontar uma imparcialidade, como se fosse a única escolha lógica a ser feita, não apelando para uso de palavras emotivas, ou que objetivassem inflamar o coração e a mente dos leitores, como por exemplo faz o panfleto *Senso Comum*, de Thomas Paine, que ganhou fama e se tornou uma das principais vozes a disseminar a ideia separatista pelas treze colônias. Adams escreveu um tratado técnico, por isso construindo esse *ethos* de virtude, de busca de uma razão simples e lógica.

Um elemento que aparece novamente ao final é seu desejo pela frugalidade, pela vida simples.

“A simples menção de leis suntuárias provocará risos. Se nossos compatriotas têm sabedoria e virtudes suficientes para submeterem-se a elas, não sei; mas a felicidade do povo poderia ser grandemente promovida por elas, poupando-se renda suficiente para conduzir essa guerra para sempre. A frugalidade é uma grande virtude, além de curar-nos de vaidades, frivolidades e presunções que constituem os verdadeiros antídotos de todas as grandes virtudes viris e guerreiras”¹¹(ADAMS *apud* PEEK JR, 1964, p. 82-83).

¹¹ *The very mention of sumptuary laws will excite a smile. Whether our countrymen have wisdom and virtue enough to submit to them, I know not; but the happiness of the people might be greatly promoted by them, and a revenue saved sufficient to carry on this war forever. Frugality is a great revenue, besides curing us of vanities, levities, and fopperies, which are real antidotes to all great, manly, and warlike virtues* (ADAMS *apud* THOMPSON, 2011, p. 247).

O desejo pela frugalidade é uma das questões morais mais relevantes para Adams, como ele mesmo descreve para Abigail, em uma carta de 20 de setembro de 1774:

“Minha querida,
Eu já estou bem – escreva para mim o quanto você puder, mande suas cartas para o escritório em Boston ou para o Sr. Cranches, eles me mandarão assim que puderem. Estou ansioso para saber como você pode viver sem governo. Mas o experimento preciso ser testado. Os males não se mostraram tão terríveis até que venhamos a aprender com eles. Frugalidade, minha querida, frugalidade. Economia, parcimônia devem ser nosso refúgio. Eu espero que as senhoritas estejam a cada dia diminuindo seus ornamentos, assim como os cavalheiros. Que venhamos a comer batatas e beber água. Deixe-nos usar lonas ou peles de carneiro ao invés de nos submetemos a injusta e indigna dominação que é preparada para nós”¹² (ADAMS *apud* BUTTERFIELD, 1963, p. 77)¹³.

A proposta de aplicação de leis suntuárias¹⁴ é tratada de forma suave, mas se encontra presente. Isso se deve provavelmente à sua influência familiar puritana e muito religiosa, tendo seu pai sido um diácono. Isto reforça nossa ideia apontada acima da formulação de um *ethos* de virtude, seguindo as regras propostas na *Retórica* de Aristóteles, da representação de uma imagem sobre si

¹² *My Dear, I am very well yet:-write to me as often as you can, and send your Letters to the Office in Boston or to Mr. Cranches, whence they will be sent by the first Conveyance. I am anxious to know how you can live without Government. But the Experiment must be tryed. The Evils will not be found so dreadfull as you [apprehend] them. Frugality, my Dear, Frugality, OEconomy, Parcimony must be our Refuge. I hope the Ladies are every day diminishing their ornaments, and the Gentlemen too. Let us Eat Potatoes and drink Water. Let us wear Canvass, and undressed Sheepskins, rather than submit to the unrighteous, and ignominious Domination that is prepared for Us* (ADAMS *apud* BUTTERFIELD, 1963, p. 77).

¹³ Adams, John. *Letter from John Adams to Abigail Adams, 20 September 1774. 2 pages. Original manuscript from the Adams Family Papers, Massachusetts Historical Society.*

¹⁴ Leis que visam regular hábitos de consumo. São leis que são feitas com o propósito de restringir o luxo e a extravagância, particularmente contra gastos absurdos quanto a vestes, comida, móveis entre outros.

como uma figura dedicada ao bem coletivo, recompensando a sua participação pública com títulos que identificassem as suas realizações.

Com o desenvolver da organização de seu pensamento político, Adams objetivava direcionar o desejo de distinção, de reconhecimento, em direção a emulação e ações virtuosas. Andy Trees identifica qual seria o objetivo de Adams:

Adams buscou na história para provar suas reivindicações. Ninguém, de acordo com ele, fez melhor uso da paixão por distinção do que os antigos romanos. Adams escreveu admirado sobre a 'linguagem dos sinais' deles, empregada em 'atrair a atenção, para atrair a consideração e incentivar as congratulações do povo'. Comentando sobre um tocante espetáculo romano, ele escreveu 'é fácil perceber como uma questão deve se desenvolver no coração de uma nação; como deve afetar a paixão pela distinção; e como deve incitar o ardor e a virtuosa emulação dos cidadãos'. Para Adams, a habilidosa manobra deles era nada menos que o 'verdadeiro espírito das repúblicas'¹⁵ (TREES, 2001, p. 411).

Essa sua concepção virtuosa é fortemente ligada a uma idealização religiosa, como a frugalidade proposta pelos puritanos, porém sem deixar de lado as questões práticas da constituição das leis, buscando as argumentações romanas clássicas como fundamento. É como se Adams tentasse unificar uma concepção de virtuosidade religiosa cristã com uma virtuosidade jurídico-filosófica baseada nos seus conhecimentos sobre os legisladores latinos, numa junção idealizadora de formação do pensamento sócio-político do possível país que seria formado.

¹⁵ Adams sought to direct the passion for distinction toward emulation and virtuous action. Adams drew upon history to prove his claims. No one, according to him, made better use of the passion for distinction than the ancient Romans. Adams wrote admiringly of their "language of the signs" employed to "attract the attention, to allure the consideration and excite the congratulations of the people." Commenting on a particularly moving Roman spectacle, he wrote, "It is easy to see how such a scene must operate on the hearts of a nation; how it must affect the passion for distinction; and how it must excite the ardor and virtuous emulation of the citizens." For Adams, their masterful manipulation was nothing less than "the true spirit of republics" (TREES, 2001, p. 411).

Outro aspecto que enfatiza essa abordagem da virtude, com influências clássicas e puritanismo, é sua justificativa de que os políticos deveriam ser remunerados. Como já abordamos, ele entende que valorizar a distinção podem incentivar a tomada de decisões virtuosas, sendo esse um dos caminhos pelo qual os políticos e a república deveriam tomar. Sendo assim, o político deveria ser remunerado e reconhecido e,

ecoando um pensamento clássico puritano, ele argumenta que todo homem livre deveria ter uma profissão que provesse o seu sustento, e a política deveria prover tal sustento para aqueles que trabalham com ela. Ele permite aos políticos um lugar de atividade respeitada, uma carreira legítima e até mesmo uma vocação – um completo afastamento do pensamento republicano clássico.¹⁶ (TREES, 2001, p. 408).

Toda essa obra viria a servir de grande inspiração para a própria elaboração da Constituição dos Estados Unidos da América, como foi para as constituições de outras colônias. *Ideias sobre Governo* é um texto escrito no decorrer dos eventos revolucionários e às vésperas da Declaração de Independência. A obra de Adams não se encerra nesse momento, mesmo sendo seu texto mais conhecido na época e o que gerou maior repercussão. Buscamos evidenciar como essa concepção de *ethos* de virtude é um elemento complexo, porém de vital importância para a formação do discurso e de sua própria recepção, principalmente voltado à discussão política e à formação do governo norte americano. Nessa obra, ele lança as bases de seu pensamento constitucional e das suas ideias sobre o ideal que a nova república deveria tomar, justificando-se em preceitos da antiguidade clássica, mas sem deixar de

¹⁶ “Echoing classic Puritan thought, he argued that every free man should have a profession that provided his subsistence, and politics should provide such subsistence to those who labored in it. He allowed politics a place as a dignified activity, a legitimate career and even vocation – a complete departure from classical republican thinking” (TREES, 2001, p. 408).

incorporar elementos de sua própria época e realidade, como o pensamento puritano que permeava a sociedade da Nova Inglaterra.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2 ed. Lisboa: Casa da Moeda, 2005.

BUTTERFIELD, Lyman H., ed. **Adams Family Correspondence**. Vol. 1. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 1963.

FERLING, John E. **John Adams: A Life**. Knoxville, TN: University of Tennessee Press, 1992.

LACAPRA, Dominick. Retórica e História. Trad. Eduardo Ferraz Felipe. In: **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan. -jun., 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar. (Org.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MCCULLOUGH, David. **John Adams**. New York: Simon & Schuster, 2001.

PEEK JR, George. A. **Escritos políticos de John Adams: Seleções representativas**. Trad. Leonidas Gontijo Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1964.

THOMPSON, C. Bradley. **Revolutionary Writings of John Adams**. Indianapollis: Liberty Fund, 2000.

TREES, Andy. John Adams and the Problem of Virtue. **Journal of the Early Republic**, vol. 21, no. 3, 2001, pp. 393-412.

